

ATO - 54

Universidade Eduardo Mondlane
de Formação e Investigação em Ciências Sociais
(UFICS)

**TEMA: IMPACTO SOCIAL DOS INVESTIMENTOS EM
COMUNIDADES RURAIS: O CASO DA MOZAL, BELELUANE,
DISTRITO DE BOANE, PROVÍNCIA DE MAPUTO.**

“DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM CUMPRIMENTO PARCIAL DOS
REQUISITOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM
ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE”

supervisor: Prof. Doutor Arlindo Chilundo

Autor: Américo Manuel Rodrigues Mabutana



ABRIL, 2003

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Américo Manuel Rodrigues Mabutana

Maputo, Abril de 2003

U.E.M. - UFICS
R. E. 4914
DATA 26/09/06
AQUISIÇÃO ofenta
COTA Ap-113

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais Manuel Rodrigues Mabutana e Jefui Massinga e meus irmãos Sandra, João e Ernesto que tanto esperaram por este momento.

E

Em especial a minha querida esposa Angelina Machiana pelo seu encorajamento e paciência durante a minha carreira estudantil.

AGRADECIMENTOS

Devo especial gratidão:

Ao Professor Doutor Arlindo Chilundo, meu supervisor, pelo seu acompanhamento do meu trabalho, desde a concepção do projecto até aos procedimentos metodológicos que levaram à estruturação e desenvolvimento do trabalho.

Ao NET e seu director, Professor Doutor Arlindo Chilundo, pelo financiamento do trabalho e pela disponibilização do material necessário para a realização do mesmo.

Aos meus tios Moisés Massinga, Alfredo Massinga, Abel Massinga e tias Maria Elifa Massinga, Luísa Massinga pelo apoio incansável, tanto material e moral ao que foi possível a minha formação.

Ao meu chará, Américo Magaia e sua esposa Argentina Nhantumbo, pela força que sempre me transmitiram.

A Dr. Maria José Artur pelo acompanhamento na fase da concepção do projecto e acompanhamento em outras fases.

Ao Dr. José Teixeira, meu professor da cadeira de Comunidades Rurais pelo seu contributo na crítica em algumas fases da realização do trabalho.

Aos meus pais e esposa pela paciência em aturar o seu filho e esposo respectivamente.

Ao dr Elisio Jossias pelo seu parecer em relação ao trabalho.

Ao José Miguel Zaqueu, Deodete, meus colegas de turma, pela ajuda na concepção e acompanhamento no trabalho.

Aos meus irmãos, Sandra, João e Ernesto pela força que sempre me transmitiram.

Ao meu cunhado Tobias Chongo pelo apoio material e moral para a realização do trabalho.

Aos meus amigos Agostinho, Jerry, Jesus, Nhaca. O meu muito obrigado pela ajuda na informatização do texto.

As donas Judite, Sarita, Miguel, Tomé, Massunga, prima Telma, o meu muito obrigado por tudo que fizeram para me ajudar.

Ao extensionista rural da Mozal, Carmona, ao professor da escola de Beleluane, pelo seu apoio durante a realização do trabalho de campo, o meu muito obrigado.

RESUMO

Com o fim da guerra civil em Moçambique houve o incremento dos investimentos, com real destaque para os mega-projectos. Criaram-se as zonas francas industriais como foma de atrair mais investidores e aumentar o índice de exportações e consequentemente o crescimento da economia nacional. No entanto, como é sabido, os investidores ao dispenderem capital visam ter o seu reembolso a curto ou a médio prazo, daí que o seu objectivo é ter dividendos financeiros resultantes da aplicação do seu capital. Contudo, apesar disso, possibilitou-nos constatar que no caso da empresa Mozal eles desenvolvem projectos de índole social na região onde implantaram a fábrica.

Assim constitui objectivos deste estudo a análise das transformações sociais operadas com a implementação dos projectos de desenvolvimento na comunidade, procurando ver especificamente quais as mudanças sociais que se verificaram no tocante às práticas sociais; ver como é feita a interação entre a Associação Mozal e a comunidade; ver também o grau de participação da comunidade nos projectos e se os projectos respondem aos anseios de todos residentes da comunidade. Como hipótese para alcançar os nossos objectivos temos a seguinte: 'Em que medida os projectos da Mozal contribuem para os líderes(secretário, chefe do posto) reforçarem e legitimarem a sua posição social e como é que isso influencia a existência de conflitos e mudança de algumas práticas sociais na comunidade?

Feitas as entrevistas, constatou-se que de facto algumas práticas deixaram de ser praticadas na sua essência, por um lado devido a chegada de pessoas de outras regiões que não respeitam os costumes locais e por outro devido aos conflitos existentes entre a autoridade administrativa e a tradicional, visto que sobressai primeira devido ao seu papel de intermediários entre a Mozal e a comunidade; e de facto isto faz com que estes reforcem e legitimem a sua posição social no meio da comunidade.

Em relação a participação constatou-se , segundo a definição dada no texto, que a comunidade não participa na elaboração e na implementação dos projectos de desenvolvimento sendo apenas informada do que se vai fazer ou implementar.

Lista de abreviaturas

ANC-Congresso Nacional Africano.

IDE-Investimento Directo Estrangeiro.

CODEMO-Companhia de Desenvolvimento de Moçambique.

FAO-Fundo das Nações Unidas para a Alimentação.

ORAM-Organização Rural de Ajuda Mútua.

PMA-Programa Mundial de Alimentação.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UNOHAC-Gabinete da Nações Unidas para a Coordenação da Ajuda Humanitária.

ZFI-Zonas Francas Industriais.

ÍNDICE-----	Pág.
Introdução-----	1
Apresentação da problemática-----	4
Objectivos gerais e específicos-----	5
Questão de partida-----	5
Hipóteses-----	6
Metodologia-----	6
Justificação do tema e do local-----	7
Quadro teórico e conceptualização-----	8
*Desenvolvimento-----	9
* Comunidade-----	12
*Mudança social-----	14
*Participação-----	19
Situação Geográfica e caracterização socio-económica-----	22
Aspectos históricos-----	22
*População-----	23
*Movimentos da população-----	24
*Uso da terra-----	24
*Posse da terra-----	25
*Conflitos de terra-----	25
*Agricultura-----	27
* Segurança alimentar-----	29
*Arvores e sivicultura-----	29
-* Água-----	30
*Sector comercial-----	31
*Transportes e comunicações-----	32
*Sector social-----	33
*educação-----	33
* Saúde-----	33
Considerações finais-----	35
Bibliografia referenciada-----	37
Bibliografia consultada-----	41
Anexos	

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país da África Austral que conquistou a sua independência do jugo colonial português no ano de 1975. Factores externos e internos provocaram uma guerra civil que se prolongou até 1992. De entre as razões externas destaca-se a conjuntura internacional da época (existência de blocos socialista e capitalista com interesses diferentes na região); o capitalismo a apoiar o apartheid como forma de lutar contra a política marxista adoptada pela Frelimo; também o facto de esta apoiar o ANC, e a SWAPO. De entre factores internos destaca-se o facto de a Frelimo ter retirado os poderes aos líderes tradicionais (régulos) que tinham uma grande base de apoio popular, o que provocou descontentamento destes. O facto da Frelimo também ter proibido as práticas culturais, e o facto de ter concentrado as pessoas em aldeamentos, obrigando estas a deixar os seus locais sagrados, o que foi considerado como desrespeito pela tradição.

Esta guerra dilacerava o tecido social e económico do país: Destruição de infra-estruturas, deslocação das populações das suas zonas de origem, principalmente as de campo-cidade que consistiam em os residentes das zonas periféricas das cidades deslocarem a esses grandes centros à procura de segurança.

Só no periodo entre 1981 e 1983 foram destruídas 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde e 900 cantinas rurais e milhares de mortos; centenas de milhares de dolares de prejuízos a economia moçambicana (Roesh,s/d:11).

Houve uma redução das exportações agrícolas que provocaram redução de entrada de divisas e os níveis de importação de insumos técnicos e outros bens para promover o crescimento económico. É no meio desta situação, que o IV congresso da Frelimo, em 1983, com vista a estancar a crise apelou a mudança de estratégias económicas de desenvolvimento do país. Esta mudança passava por reformas económicas, políticas que culminariam em 1984 com a sua adesão às instituições de Bretton Woods [Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional(FMI)] para poder receber créditos internacionais. Além desta situação e a pressão a que a Frelimo estava sujeita pela comunidade internacional para uma eventual ajuda financeira, só em 1987 se consumou a efectiva adesão a estas instituições. No

princípio as suas políticas iniciais para Moçambique não preconizavam a parte social, preocupando-se simplesmente com os índices puramente económicos.

Esta situação veio aumentar mais a situação de crise em que já viviam as populações devido a guerra e da seca. (Branco, 1995)

Em 1992, é alcançado o Acordo de Paz de Roma entre o governo da Frelimo e a Renamo. Em 1994, são realizadas as primeiras eleições gerais multipartidárias no país que foram ganhas pela Frelimo. Desde então, registam-se grandes passos na consolidação da democracia e na implementação de um programa alargado de reformas económicas. (PNUD, 2000).

Dentre vários passos pode-se destacar a realização das eleições autárquicas e gerais em 1998 e 1999 respectivamente.

Há sinais visíveis de recuperação da economia, outrora destruída. Como por exemplo, o aumento do investimento privado estrangeiro, a reconstrução de vias de acesso, o incentivo a abertura de estabelecimentos comerciais em zonas que sofreram intensamente os efeitos da guerra entre outras.

Apesar destes progressos, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. De acordo ainda com o mesmo relatório (PNUD, 2000) o índice de desenvolvimento humano de Moçambique situa-se em 168 de entre 174 países, e está muito abaixo dos países menos desenvolvidos, apesar da visível melhoria nos últimos anos.

É no meio desta conjuntura que o Conselho de Ministros teve a necessidade de legislar um quadro orientador de empreendimentos que envolvessem investimentos privados, nacionais e estrangeiros, susceptíveis de contribuir para o progresso e bem estar social no país. Foi assim que foi aprovada a lei nº 4/84, de 18 de Agosto, e, através do Decreto nº 8/87, de 30 de Janeiro, o regulamento do investimento directo estrangeiro. Este decreto foi alterado pelo projecto de lei nº 3/93 de 24 de Junho.

Desde Janeiro de 1995, o Centro de Promoção de Investimentos(CPI) aprovou mais de 940 projectos. Em 1999, o investimento directo estrangeiro(IDE) atingiu 1706 mil milhões de dólares americanos. E o IDE está em grande medida orientado para os mega-projectos com uma tendência clara para as províncias de Maputo e Gaza no sul do país. (Vasquez,1998:39).

Esta tendência por estas zonas é devido `a sua proximidade aos países vizinhos e a existência de vias de acesso que lhes permite exportar a sua produção com muita facilidade. Além deste aspecto há também o facto histórico, porque durante a colonização desenvolveu-se um sistema económico forte entre Moçambique e a `Africa do Sul , o que condicionou a existência até aos dias de hoje de assimetrias económicas entre o norte e o sul de Moçambique.

Estes projectos não têm impacto directo em benefício das populações onde eles são implementados, isto porque a vocação primeira dum investidor é a obtenção do lucro, da mais valia e recuperar o investimento feito.Embora possam desempenhar um papel importante na balança de pagamentos e na credibilidade relativamente aos investimentos no país. Ao mesmo tempo, estes projectos podem ter efeitos indirectos através do melhoramento das infra-estruturas, do aumento do emprego de trabalhadores qualificados, da transferência de tecnologia e formação, entre outros.

É no quadro desta situação que são criadas as zonas francas industriais o que fez aparecer a fábrica de alumínios da Mozal, em Beluluana, considerado, o maior investimento privado em Moçambique.

Zona franca industrial é considerada a área geográfica que , de acordo com o disposto na alínea x) do nº1 do artigo da lei 3/93, de 24 de junho, tenha sido, especificamente, designada pela autoridade competente para o estabelecimento, desenvolvimento e funcionamento de um ou mais parques ou unidades industriais e na qual os investidores titulares de licença ou de certificados de zonas francas industriais(ZFI) podem levar a cabo actividades de desenvolvimento e ou administração desse parque e/ou unidades industriais bem como actividades de

produção ou processamento industrial de artigos destinados essencialmente para exportação.

APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A Mozal, enquanto empresa, criou um mecanismo para se relacionar com a comunidade. Sendo assim criou-se a Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade cujos objectivos principais são:

-Desenvolver a comunidade; que significa construir infraestruturas sociais, desenvolver campanhas de educação contra as doenças, melhorar no geral as condições de vida das populações locais.

-Dar poder e sabedoria a comunidade, que consiste em introduzir novas técnicas agrícolas através do extensionista rural e deixar que a comunidade resolva sozinha os seus problemas. (entrevista com Dulce Lopes - adjunta coordenadora da Associação Mozal, 21/8/2002, nos escritórios da Associação)

A Associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade, empreendeu várias actividades, nas áreas de educação, saúde, infra-estruturas, agricultura, desporto e cultura, dentre outras.

Esta interacção entre a Mozal/comunidade, é feita entre a comunidade representada pela autoridade administrativa(chefe do posto, secretário e seus adjuntos) e a direcção da associação.

Constatou-se que nem toda comunidade está satisfeita pelo desempenho dos seus representantes, pois nem todos os projectos da Mozal são considerados prioritários e que trazem consigo alguns "constrangimentos" em termos de relações de poder uma vez que além da autoridade administrativa existe a autoridade tradicional que reclama o seu reconhecimento e consideração e a própria comunidade que não é consultada antes da implementação de algum projecto.

Neste caso em estudo, a Associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade quando quer implementar um projecto na comunidade reúne-se com as autoridades administrativas e estas é que lhes descreve os problemas e necessidades da comunidade.

Será que esses "líderes" (autoridades administrativas) representam todos os interesses da comunidade? Será que as necessidades e problemas apresentados pelos "líderes" são comuns a todos? ou a sua intermediação serve para aumentar o seu poder em detrimento de todos elementos, cujos interesses, poderão não ser os mesmos?

Apoiando-nos em algūmas entrevistas com o régulo e alguns anciãos notamos que certas práticas deixaram de ser seguidas na sua essência, devido `a escalada de muitas pessoas de outras regiões que trazem os seus costumes e na possibilidade de uma integração nos costumes vigentes provocam um certo "desiquilíbrio" ao '*status quo*' anteriormente vigente.

Objectivos gerais e específicos

Partindo desta premissa constitui objectivo geral deste trabalho a análise das transformações sociais operadas com a implementação dos projectos de desenvolvimento na comunidade, procurando ver especificamente quais as mudanças sociais que se verificaram no tocante `as práticas sociais; ver como é feita a interacção entre a associação Mozal e a comunidade; ver também o grau de participação da comunidade nos projectos da Associação Mozal e se os projectos da Mozal respondem aos anseios de todos residentes da comunidade.

Questão de partida

Em que medida os projectos da Mozal contribuem para os líderes comunitários, (secretário e seus adjuntos) reforçarem e legitimarem as suas posições na estrutura do

poder local e como é que os projectos influenciam na mudança de algumas práticas sociais na comunidade?

Hipótese

O processo de observação preliminar e das entrevistas exploratórias possibilitou-nos constatar também uma hipótese para alcançar os nossos objectivos:

A implementação dos projectos de desenvolvimento da Mozal na comunidade influenciou na mudança social tendo em conta que algumas práticas sociais (cerimónia de ukanhi, rito das pragas, quando há morte) deixaram de serem respeitadas na sua essência e as relações de poder entre as autoridades administrativas e tradicionais e a comunidade desenvolvem-se num ambiente de conflito.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi feito em duas fases . A primeira consistiu na recolha bibliográfica efectuada nas bibliotecas das faculdades de letras da Universidade Eduardo Mondlane, UFICS, centro dos estudos africanos, arquivo histórico de Moçambique, biblioteca dos serviços sociais da embaixada de Portugal , biblioteca do ISPU, com vista a colher informações que nos permitissem enquadrar-nos no tema em causa.

Uma segunda fase que consistiu na realização do trabalho de campo, que decorreu de 12/8 `a 12/9 de 2002

Nesta fase privilegiamos as entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com profissionais abalisados nesta questão de desenvolvimento das comunidades.

Neste tipo de entrevistas deixamos os nossos interlocutores falarem de acordo com as suas percepções sobre a temática e sobre a realidade social em estudo de tal maneira que conseguíssemos captar as questões a que nos propunhamos. Esta técnica é vantajosa na medida em que permite uma flexibilidade na formulação

das questões a inquirir e permite estabelecer uma interação que possibilita retirar bastante informação. Foi esta a motivação para a escolha da técnica.

Como investigador possibilitou-nos compreender e perceber na comunidade os imperativos que regem as relações quotidianas dos seus actores sociais.

Assim, aplicamos a participação-observação. A participação-observação pressupõe a estadia do investigador em algumas ocasiões com a comunidade em estudo, mas sempre como visitante, sendo também assim tratado. É a esta observação que se está a considerar neste trabalho.

Contudo, esta técnica traz consigo algumas dificuldades na recolha de dados, devido a presença de alguém estranho a comunidade o que pode retrair os entrevistados, como acontecia em algumas entrevistas em que os entrevistados no início pensavam que nós fossêmos da Mozal e queriamos registar-lhes para eventual arranque de suas terras

No entanto, o facto de dominarmos convenientemente a língua local permitiu a escolha desta técnica; e outra mais valia que nos facilitou o trabalho foi a abertura do régulo local e de um professor que vive na comunidade há muito tempo, que goza de muito respeito e consideração e que serviu de ajudante de campo e que garantia também a nossa aceitação no contexto da comunidade em estudo.

Justificação do tema do local

Há em muitos países, um interesse pelo desenvolvimento de "comunidade". Há um interesse em saber como comunidades inteiras de países menos desenvolvidos, podem ser estimulados ou ajudados para adoptarem técnicas que conduzirão a uma maior produtividade económica e lhe fornecerão melhor alimentação, saúde, educação etc. sem prejudicar ou destruir o que tem mais valor em sua maneira tradicional de viver.

Deste modo, interessou-nos esta temática para ver como é feita a interação entre a comunidade e a Mozal para a melhoria das condições de vida das populações e o facto de se ter se verificado que os projectos de desenvolvimento podem contribuir

para o desenvolvimento das comunidades onde são implantados desde que sejam seguidos os interesses e necessidades dos beneficiários porque tem se verificado que as ajudas as comunidades `as vezes respondem aos interesses dos "líderes" comunitários e das organizações e não propriamente de toda a comunidade.

A escolha da área de Bebeluane resulta do facto de ser lá onde está instalada a Mozal ,um local de fácil deslocação e o facto também de dominar a língua local.

A escolha do período 1996-2002 deve-se à estabilidade que se verificou no país, criando-se, assim, um ambiente favorável para o investimento e para o desenvolvimento socio-económico.

Quadro teórico e conceptualização

Neste trabalho, vai-se abordar a questão numa perspectiva interacionista que afirma que numa sociedade as interações sociais,são sempre de conflitualidade, porque estas (as sociedades) estão permanentemente em mutação, num processo de construção e reconstrução(Ferreira et al,1995:299).

Sendo assim, há várias possibilidades de manipulação por parte dos membros da sociedade de " modo a beneficiar os seus próprios objectivos sem necessariamente prejudicar a estrutura aparentemente duradoira de relações sociais" (Feldman-Bianco,1995:369).

Como afirmou um dos entrevistados " os chefes pedem ou informam a Associação Mozal o que eles acham que é do interesse da maioria enquanto são interesses deles; por exemplo, no caso da `agua eles indicaram o local de montagem dos furos um sítio que é próximo um do outro e que se encontram perto das suas casas e o pior é que alguns deles nem vivem aqui em Bebeluana só aparecem nos fins de semana e como é que eles podem saber quais são realmente as nossas necessidades básicas e prioritarias?. (Anónimo, 17/8/2002, na sua residência).

Sendo que o objectivo primordial deste trabalho é captar as visões da comunidade, a perspectiva que adoptaremos será a do interacionismo simbólico de Goffman.

Para este autor, as imagens, visões e representações dos actores fazem parte do universo simbólico que é mediatizado pela linguagem. (Goffman, 1983)

A razão da escolha deste quadro teórico reside no facto de nos permitir analisar a interação social entre os actores, o modo como se organiza, as suas experiências quotidianas e as diferentes formas de actuação.

Para a apresentação do trabalho escolhemos os seguintes conceitos principais: Desenvolvimento, comunidade, mudança social e participação.

DESENVOLVIMENTO

Valá(1998) considera o conceito de desenvolvimento como um dos mais controversos nas ciências sociais, que tem sido usado com significados diferentes e até em alguns casos contraditório.

Na definição formulada por Dag Hammarskjald, , "Desenvolvimento é um todo: Um processo cultural integral carregado de valores; engloba ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem estar. O desenvolvimento é endógeno; surge somente a partir do foro interior de cada sociedade, definindo de forma soberana a sua visão ou o seu projecto, contando inicialmente com as suas próprias forças e cooperando com as sociedades que partilham os seus problemas e as suas aspirações."(1975:3)

Desenvolvimento nas sociedades humanas é um processo multifacetado. No plano puramente individual implica maior perícia e capacidade, maior liberdade, criatividade, autodisciplina, responsabilidade e bem estar material. (Walter Rodney, 1975)

Desenvolvimento é uma maneira de mudança social , pelo que "designa o conjunto de processos sociais induzidos por operações voluntaristas de transformação dum meio social, empreendidas por instituições ou actores exteriores

a esse meio, mas procurando mobilizá-lo e repousando sobre recursos e/ou técnicas e/ou saberes." (Forquilha,2000:26)

Portanto, o fenómeno desenvolvimento visualiza-se como uma maneira de mudança social que se desenrola dentro do meio social, e, não sendo homogénea, denota conflitos, contradições entre os comportamentos reais dos individuos e os valores que esses mesmos individuos mantêm enquanto membros do grupo e entre os diferentes grupos.

Desenvolvimento duma comunidade é um conjunto planejado de acções, contemplando as várias dimensões de necessidades vitais a uma população e que esta é dirigida pelos "líderes" comunitários que detêm um poder na comunidade e que servem de intermediários, dando a entender que a comunidade seja vista como uma unidade regida pelo consenso, não sobrando espaço para contradições e antagonismos em que os problemas e interesses são comuns a todos. (Garcia e Neto,1987:15).

Sendo assim, em nome desse consenso, todos, e em particular os "líderes" são mobilizados para a solução dos problemas e necessidades da comunidade. A visão da comunidade como unidade consensual dá como resultado um tipo de intervenção em que os problemas são tratados sem relação com os interesses de classe ou subgrupo, daí ocultar-se o antagonismo do grupo ou comunidade; esta ocultação visa salvaguardar o sistema.

Desenvolvimento comunitário é um método, um processo em si mesmo. É um método de ajuda `as comunidades locais para faze-las mais conscientes de suas necessidades, para apreciar seus recursos em tal forma que satisfaçam algumas das necessidades por meio de projectos de acção e ao mesmo tempo adquirem atitudes, experiências e destreza cooperativa para repetir este processo uma outra vez por iniciativas próprias(Rodrigues In Sousa, 1999:56-57)

Desenvolvimento comunitário a promoção do homem e `a aceleração da dinâmica do desenvolvimento geral "através da incorporação das forças locais no sistema de desenvolvimento. (Ammann,1997)

Desenvolvimento comunitário é o estímulo a capacidade humana de integrar a aceleração do desenvolvimento e da participação, tendo em conta que é a nível local onde se consegue a adesão a novos comportamentos, o envolvimento e a participação consciente de grupos cada vez mais maiores, em função de metas racionalmente aceites pela população. (Ammann, 1997)

Pode ser visto como processo metodológico em que supõe acções educativas explicitadas teoricamente com base na prática, assim como princípios de acção norteadores da prática de acordo com os objectivos a serem atingidos. Por isso, não se deve confundir o desenvolvimento comunitário como processo de acções espontâneas; pressupõe toda uma explicitação conceptual e metodológica do elemento envolvidos em suas práticas. Assim, fundamenta-se nos interesses e preocupações da população comunitária.

”Desenvolvimento comunitário seria o conjunto de processos sociais cujo objectivo é a transformação do meio social rural de modo a que haja melhores condições de vida em diferentes áreas: Saúde, educação, agricultura, abastecimento de água,, comércio,, comunicação” etc (Sardan In Forquilha, 2000:26).

É esta a aceção de desenvolvimento comunitario usado neste estudo.

A opção por esta definição de desenvolvimento comunitario é que o considera como conjunto de processos sociais que nos vão possibilitar encontrar uma variedade de interconexões sociais, cujo significado é necessário ser apreendido e analisado. (idem)

Com ajuda da Associação Mozal , os camponeses transferidos do local onde está instalada a fábrica Mozal foram instalados num novo local (Bematchume,) em Beleluana, onde formaram uma associação, chamada Associação dos Camponeses de Bematchume que tem assessoria por parte da CODEMO(companhia de Desenvolvimento de Moçambique- consultores contactados pela Mozal para área agrícola), que, enviou para o local um extensionista rural que tem como objectivo segundo o extensionista “ *instruir o camponês a seguir a actividade agrícola,*

respeitar o uso e aproveitamento da terra; saber fazer, por exemplo, a rotação de culturas, não fazer agricultura de queimadas etc(Carmona,extensionista rural, 24/8/2002, na Associação dos Camponeses de Bematchume)

O que acontece é que houve uma resistência as novas técnicas introduzidas pelo extensionista, como diz um camponês” *eu tenho 63 anos venho praticando a agricultura desde que nasci e uso técnicas tradicionais e sempre tive rendimentos bons, não são estes da Mozal que vão me fazer mudar de técnica; eu criei os meus filhos semeando da mesma maneira como os meus pais e estes morreram e tradição tem que continuar.* (Malhusa, 23/8/2002, na sua machamba)

Mas com o passar do tempo começou a verificar-se uma aderência de muitos , mas mesmo assim , havia os mais reticentes com as novas técnicas.

COMUNIDADE

Na literatura que trata do desenvolvimento comunitário ou da organização comunitária existe diferentes definições que contribuem para tornar esta termo ambíguo.

Comunidade como sendo um grupo de famílias situadas na mesma localidade, ligadas entre si por interdependências funcionais que são mais apertadas do que as interdependências da mesma natureza com outros grupos de pessoas dentro do campo social mais vasto a que a comunidade pertence.”(Norbert,1974:19)

Comunidade como ”envolvendo simultaneamente a noção de área social e a ideia de uma ligação natural ou espontânea entre as pessoas, de uma relação social assente no sentimento de participação em uma unidade colectiva bem diferenciada.” (Barata,1976:245)

Todavia, tanto a ideia de área social como sentimento de participação num todo bem individualizado podem formar-se a propósito de unidades de dimensões muito diversas.

No entanto, essas definições sublinham, na sua maior parte, duas características da comunidade: O aspecto geográfico e as interacções sociais no seio de uma unidade geográfica.

“Comunidade é considerado como um espaço, unidade económica e com laços de parentesco e de relações sociais. Como espaço remete-nos a uma determinada localização geográfica. Como unidade económica as relações económicas, onde diferentes grupos partilham interesses comuns, controlam determinados recursos e praticam actividades económicas semelhantes para sua sobrevivência. E como laços de parentesco e relações sociais, subjugam a ideia de indivíduos com a mesma história, conhecimentos, crenças, moral e costumes. (Dkeni et al,1996)

Compartilhamos com Barata (1976) em alguns pontos de vista, ao considerarem a localização geográfica, as relações sociais, os laços de parentesco, interesses comuns, engajamento moral, aspectos culturais e a continuidade no tempo como factores a ter em conta quando se pretende explicitar o conceito de comunidade.

Assim, esta comunidade é um complexo de ideias e sentimentos identitários e territoriais, históricos e mutáveis que se reafirmam quotidianamente com a chegada de vários elementos exógenos à comunidade.

Nos últimos anos há uma tendência para restringir o uso da palavra comunidade, empregando-a somente para designar áreas sociais caracterizadas por uma interacção social em termos de relativa intimidade, de modo que todos os que aí vivem se conhecem bastante bem, mantendo entre si relações sociais do tipo das que Cooley citado por Barata (1976:245) designou por relações cara a cara.

Não se pode ver a comunidade como algo fechado, homogénea mas sim como marcada por conflitos.

Para estudar uma comunidade não é a realidade física mas a análise das relações sociais, não delimitar o objecto pelo físico mas consoante a problemática ou as redes de relações sociais.

Na comunidade rural, os factores de produção não são mercantis, a gestão política também não é (a estrutura, a gestão dos factores de produção etc), a terra não é vendida, não entra no mercado, é património da família, não há alternativas de produção.(Wolf,1976)

Em termos económicos está-se a falar de estruturas sociais de sistemas de subsistência, assente na base económica de subsistência.

Actualmente,é difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendida como a extensão do urbano do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização das actividades económicas; e as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a actividade industrial, nem os campos com agricultura. (Internet <http://www.pr.gov.br/pr12meses/porque3.html>,14/04/2003)

Sendo assim torna-se difícil dizer se uma região é rural ou urbana.

Em Beleluana, existe a produção de subsistência e para o mercado. Há pessoas que trabalham nas empresas na cidade de Maputo e nos fins de semana estão na machamba. A região faz parte das zonas francas industriais o que faz aumentar vários empreendimentos industriais na zona. Devido a estas carecterísticas consideramos para este trabalho Beleluana como um espaço semiurbano onde se alternam uma estrutura anterior de habitat rural com uma nova de residências urbanas e o estabelacimento de industrias; e também pelo facto da agricultura continuar a ser uma das actividades muito importante. Portanto, existe uma interpenetração do rural e o urbano, porque são produto dum processo histórico único e comum.

MUDANÇA SOCIAL

Mudança é considerada como continuidade cujo objectivo é progresso para um estado que se caracteriza por tensões reduzidas, que permitem a sobrevivência do sistema; contudo não se considera que mudança seja uma ruptura com o estado anterior, mas sim uma'' redução dos disfuncionamentos''. (Fisher,1992)

Sendo assim, mudança social'' é uma mudança que apresenta uma permanência no tempo e que implica não apenas indivíduos, mas uma colectividade ou um sector apreciável de uma colectividade'' (Fisher, 1992:181)

A mudança social nem sempre é positiva, porque há vezes em que pode representar um retrocesso e não no sentido do progresso como no caso acima .

''A mudança social é a mudança de estrutura resultante da acção história de certos actores ou certos grupos no seio duma dada colectividade'' .(Rocher, 1981:95)

Ao referir-se a mudança social tem que se ter em conta um ponto de referência do passado que sirva para se verificar se houve ou não mudança e em que medida se verificou.

Estas considerações podem nos conduzir que a introdução de novas tecnologias resultam num impacto a nível da vida social, cultural, familiar, religiosa numa comunidade, como diz ainda o mesmo autor quer, que essas tecnologias ''transformam o mundo rural, acabam com as velhas culturas tradicionais, abre as vias do desenvolvimento económico, social e político..... ''(idem)

Temos que ter em conta que nem toda mudança implica desenvolvimento, como diz o autor acima citado.

Esta posição de Rocher é em parte contrariada por um outro autor que considera que apesar das mudanças, ''todas culturas tendem a sobreviver, isto é, cada costume tende a continuar sendo praticado, apesar de assumir formas novas e desenvolver valores sociais novos para estar de acordo com o novo sistema do qual faz parte''. Gluckman In Feldman-Bianco, (1958)[1940]:321)

É esta a definição de mudança social considerada para este trabalho.

Se partirmos de principio que a cultura ''é um sistema de comportamento aprendidos e que embora os comportamentos humanos possam tornar-se

padronizados como hábitos e costume social, o comportamento é sempre variável, mesmo quando está condicionado por uma hábito” (Hoebel & FROST, 1995:35) .

Então, devido a possibilidade da variação é impossível determinar um comportamento de maneira definitiva de tal modo que ele não mude; daí se considera que ele seja modificável e flexível.

Assim, consideramos que as culturas ou os costumes são mutáveis e as razões dessa mudança variam de lugar a lugar e de tempo a tempo (idem) .

Assim, vamos descrever algumas práticas que eram desenvolvidas nos processos de produção e numa determinada época do ano e que mudaram com a instalação dos projectos da Mozal e da confluência de pessoas de outras regiões na comunidade de Beleluana.

Práticas rituais e mágicas nos processos de produção

Para que a produção tenha bons êxitos é necessário fazerem –se alguns rituais aos espíritos dos antepassados como forma de garantir que nenhuma “força” possa contrariar o desejo da maioria. Para Feliciano “em todos os ciclos agrícolas existem vários tipos de rituais: Uns, para defender as culturas, outro, para provocar a chuva e a fertilidade, outro ainda para festejar os primeiros frutos e as colheitas” (Feliciano, 1998)

Sendo assim, em Beleluana quando chegava o período quente e a chuva raramente cai, aí realizavam-se cerimónias de pedido de chuva que eram dirigidos pelo régulo depois de consultar os adivinhos que lhes diziam o que devia fazer.

Actualmente esses rituais já não se realizam. Este facto é, segundo o régulo, devido a presença de muitas pessoas de outras regiões que não respeitam os costumes locais. Outro facto relatado por alguns camponeses que não pertencem a associação dos camponeses de Bematchume, é que os reassentados só seguem as orientações dadas pelo extensionista já que este nada tem a ver com os costumes locais.

Ritos contra pragas

Na entrevista com o régulo Guambe este afirmou-nos de que se verificava baixa produção devido a actuação das pragas que podia ser de gafanhotos(humbe),lagartos, xisephula etc.

Para acabar com este mal faziam cerimónias tradicionais que nos foram relatados pelo nosso interlocutor: Eram convocados todos os residentes na presença de curandeiros e o régulo ia discursando dizendo que estava-se em presença de uma calamidade que era urgente eliminá-la e que ele já conhecia os provocadores destas pragas e apelava-os para acabar com isso porque ia nos provocar muita fome e se a pessoa não se pronunciasse ou acabar com essas pragas ia se queimar a sua casa e expulsá-la.

É com estas acusações de feitiçaria que se tentava acabar com as pragas.

Quando há mortes

Quando se regista uma morte, é proibido ir a machamba e todos devem manter-se em casa até que se realize as cerimónias fúnebres.

Isto significa que nesse período a alma do morto deve estar tranquila e não se deve perturbá-la sob pena de ela "zangar" e provocar problemas na comunidade.

Cerimónia de ukanhy

"Neste período, Janeiro/Fevereiro, verifica-se uma grande movimentação social que revela pelo seu ritmo e pelo seu percurso espacial, a estrutura política da zona." (Feliciano 1998:226)

Em Bebeluane esta cerimónia chama-se ku luma ka ukanyi e decorre nas primeiras três semanas de Janeiro.Os ajudantes do régulo vão informar na

zona(muganga) que deve-se apanhar o kanyu para casa do hosí(régulo). Passados três dias vão lá algumas pessoas a casa do régulo para preparar o produto.

Depois de estar pronta então, o régulo faz uma espécie de discurso onde, na presença de toda a comunidade e convidados tira um bocado do sumo de kanyu com um recipiente para o efeito chamado "Nthreco"(uma espécie de copo) e deita no chão como forma simbólica de oferecer aos antepassados e pedir tudo que preocupa a comunidade, como chuva, paz etc dependendo das circunstâncias. Depois ele é o primeiro a beber e passa-o para os seus próximos e alguns jovens são encarregues de distribuir a todos os presentes o nthreco cheio do sumo e cada um vai deitando no chão venerando primeiro os antepassados da área e depois os seus próprios antepassados.

Esta parte da cerimónia corresponde a abertura oficial da época. A partir daqui cada unidade familiar já pode preparar individualmente e convidar os seus próximos e estes também irão retribuir o convite.

Passadas as três semanas volta-se a realizar mais uma cerimónia igual a da inauguração mas já o discurso é para agradecer aos antepassados (ku bonga/ ku khensa) por tudo ter corrido bem.

Actualmente com a Mozal, verificou-se um fluxo de pessoas exógenas a cultura local e a perda do poder do régulo (não se sente legitimado depois da morte do pai) faz com que as pessoas, mesmo os locais, os mais antigos, também não sigam mais com os seus costumes seculares. Mas isto não quer dizer que houve uma ruptura, mas sim estas práticas já não são praticadas nos moldes antigos mas em moldes individuais, a nível familiar e não a nível comunitário como antigamente, conforme afirmou o régulo que,

' todos esses rituais que eu lhe descrevi já não se respeitam porque as pessoas como estão misturadas com pessoas que não são originárias daqui; nessa "luta de costumes" , verifica-se que as pessoas estranhas a nossa cultura não a respeitem e consequentemente os nativos também não a respeitam na totalidade porque eu também como régulo que herdei do meu pai não me sinto legitimado porque as

peças respeitam mais as autoridades administrativas porque são eles é que tem o poder executivo e o meu poder é simbólico(Guambe, régulo, 23/8/2002, na sua residência)

O depoimento relatado pelo régulo não foi possível confirmá-lo porque este trabalho foi realizado no período de Agosto até Setembro, enquanto estas cerimónias realizam-se entre Janeiro e Fevereiro. Contudo, a maioria dos entrevistados, por sinal, os mais antigos comungam as declarações do régulo relativamente à não realização destas práticas nos moldes antigos.

PARTICIPAÇÃO

Consideram participação como um processo em que os actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses, identificar e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e preocupações das partes envolvidas. (Loforte & Rimundo, 1998:2)

Participação comunitária é um direito que a população tem de participar na tomada de decisões que afectam directamente as condições de vida. (Chichava, 1999:14).

''Participação comunitaria é um processo segundo o qual os membros duma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas; mobiliza recursos para a realização de intervenções de desenvolvimento.' '(Valá, 1998:18).

Pretty sustenta que o conceito de participação possui 7 sentidos diferentes, no que se refere a participação no desenvolvimento.

-participação em informação aquela, em que as pessoas participam respondendo a inquéritos ou perguntas feitas pelos pesquisadores, não tendo nenhum poder de influenciar nos procedimentos porque não compartilham nem analisam os resultados das pesquisas;

-participação por consulta, as pessoas são consultadas, mas são os peritos (estranhos `a comunidade) que tomam as decisões;

-participação funcional, as pessoas participam formando grupos para alcançar determinados objectivos ou projecto;

-participação interactiva; as pessoas participam em análises conjuntas que leva a um plano de acção;

-participação em auto-mobilização, as pessoas participam tomando iniciativas duma forma independente das instituições externas ao seu meio, para melhorar as condições de vida;

-participação passiva as pessoas participam depois de informadas do que está para acontecer ou já aconteceu. (Pretty,1995).

A participação passiva é que se enquadra neste trabalho porque o que foi possível constatar é que a comunidade é pura e simplesmente informada dos projectos a serem desenvolvidos e não consultados no sentido de tomarem alguma posição em relação a sua implementação.

Embora a participação dos beneficiários dos programas de desenvolvimento seja elemento fundamental do discurso adoptado pelos diferentes actores desses programas verifica-se situações em que são os próprios doadores ou planificadores desses programas que trazem os esquemas já desenhados, para que estes sejam levados em consideração por parte dos implementadores ou trazem os programas já preconcebidos, prontos para serem implementados no terreno.

Por exemplo, se um programa se propõe a realizar a construção de infra-estruturas sociais de uma comunidade, atribui que sejam realizadas reuniões com os moradores para estimular a sua "participação consciente no processo decisório..."

Desta maneira, as possibilidades de a população poder decidir sobre o que é do seu interesse, vê-se confinada a escolher entre o que se constitui em preocupação da comunidade e aquilo que os planificadores das instituições já realizaram antecipadamente.

“Proclama-se, destarte, uma pseudo-participação, dá-se-lhe o foro de “consciente, omite-se e disfarça-se a estrutura de dominação e procura-se convencer as classes subalternas de que elas estão participando do poder decisório” (Ammann, 1997:136).

Alguns dos entrevistados disseram que tinham na sua comunidade dificuldades de transportes para se deslocarem, por exemplo, a cidade de Maputo, e que colocaram este problema a associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade a qual respondeu que a área dos transportes não era da sua alçada mas era tarefa do governo (estado). Isto mostra que os projectos nem sempre coincidem com os interesses dos beneficiários.

E isto pode nos conduzir a pressupor que os projectos construídos no local não sejam prioritários para toda a população da comunidade, porque como os transportes não fazem parte dos projectos previamente traçados pela associação, então não irão conceber nenhum programa nesse sentido; isto quer dizer que os planificadores concebem os programas nos gabinetes e dirigem-se aos locais de implementação e fazem os trabalhos, no fim, chamam a comunidade para fazer uso do produto.

“Se eu disser que participo, é porque sou convidado para realizar cerimónias mas que eles já decidiram tudo, como fazer e tudo mais, portanto se disser que participo, participo não como régulo mas como simples morador” (Guambe, 23/89/2002, na sua residência)

Se atendermos participação como um processo real, que pode ser visto sob o ponto de vista da comunidade, onde esta tenta assumir a sua parte, então a participação deixa de ser um mero fazer parte daquilo que é definido por outro e passa efectivamente a ser verdadeira participação em que os beneficiários decidem sobre o que é importante e primordial para eles.

O termo participação constitui hoje , um dos eixos centrais do discurso sobre desenvolvimento ao nível do mundo inteiro, como observa (Klissberg,1997).

Assim, acredita-se que com a participação das comunidades na solução dos seus problemas ligados ao desenvolvimento social-comunitário possa contribuir para o seu bem estar.

Assim, fundamenta-se nos interesses e preocupações da população comunitária.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

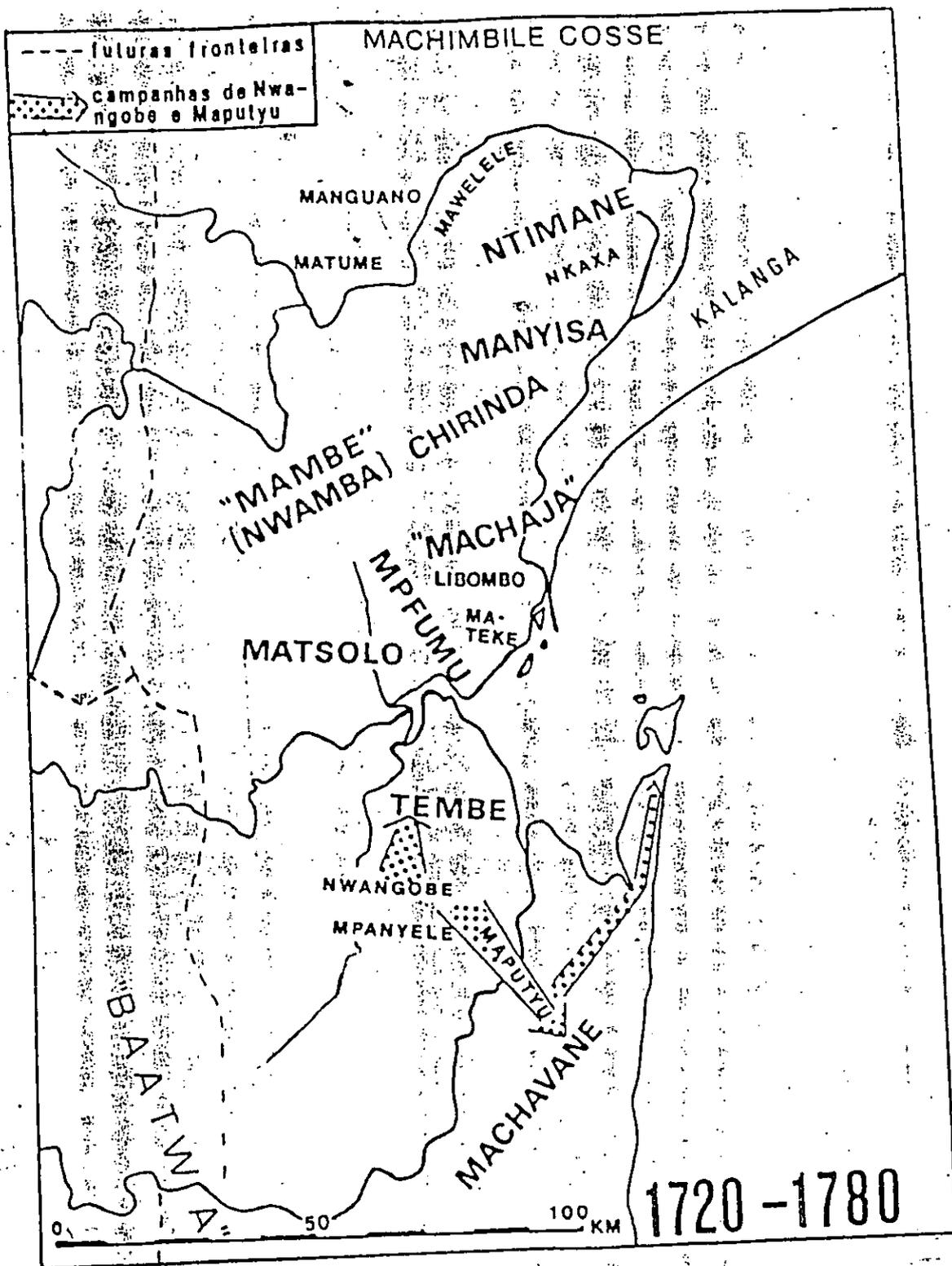
Aspectos históricos

De entre os autores que estudaram sobre os ronga, H.Junod, citado por Loforte (1996) é quem realizou estudos mais aprofundados; Ainda citando Junod, Loforte afirma que os verdadeiros rongas são os clãs Pfumo e Matola (Matsolo).

No que se refere a sua localização geográfica sabe-se que até 1885 existiam na região sul da baía do Espírito Santo (baía de Maputo), as chefaturas ronga, Tembe e Maputo. A norte, a unidade política Nwamba; no interior, Matola (Matsolo), Mpfumo, Mavota(Mabota); Mabjaia e Chirindza junto `a costa (Liesegang citado por Loforte(1996:92)

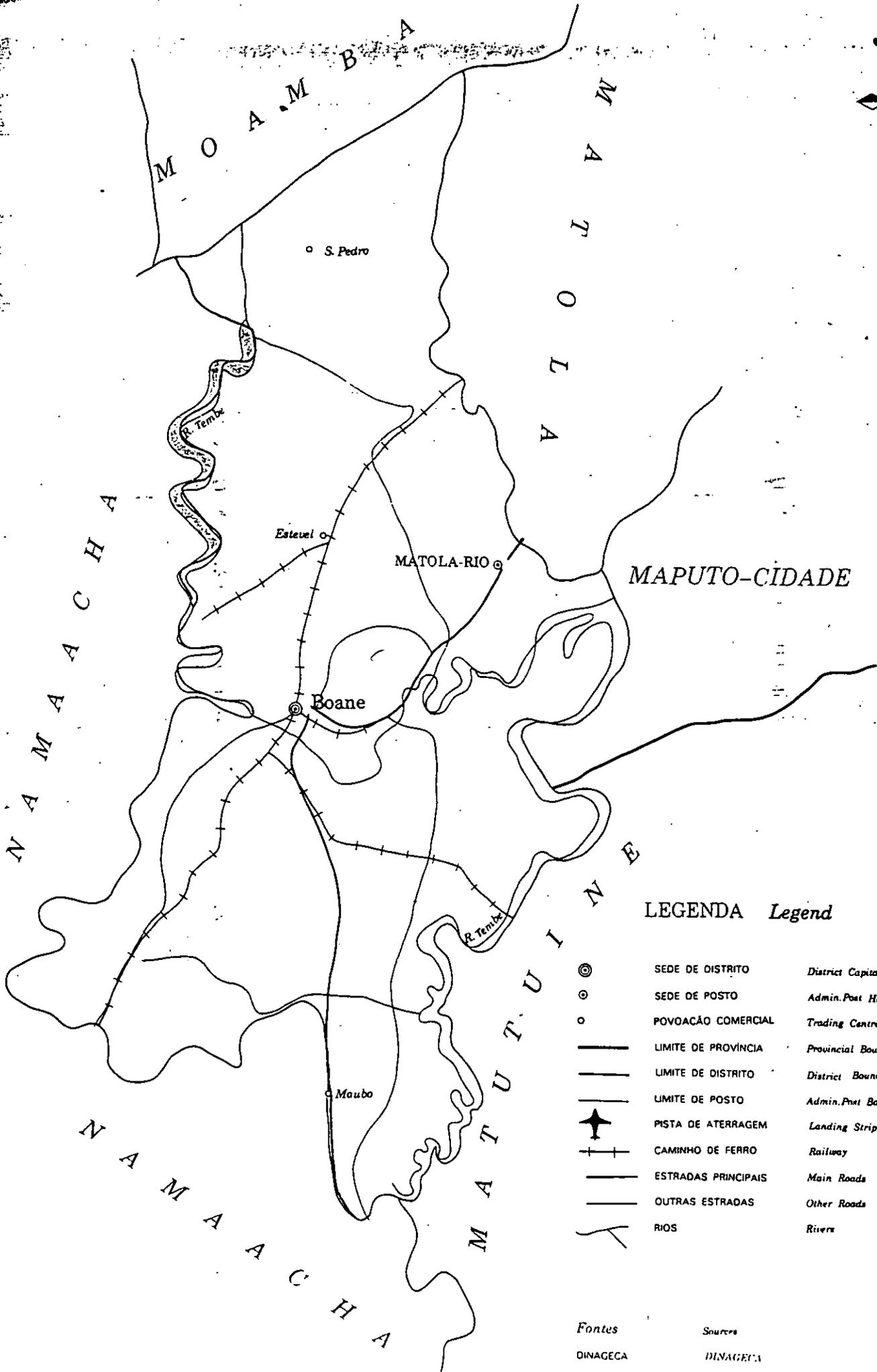
A instabilidade, as lutas intestinais pelas disputas de poder e do controlo das rotas comerciais com os holandeses durante a ocupação da baía, eram uma constante entre as chefaturas. Tão importantes eram para os chefes, hosi, os bens de consumo europeus e indianos, tais como, missangas, que as trocavam pela sua maior fonte de riqueza e ostentação, o gado(idem).

Isto porque para eles a posse de gado era símbolo poder e riqueza.



Chefaturas em volta da baía de Maputo, 1720-1780

FONTE: LIESEGANG, G. , Lourenco Marques antes de 1895 in Arquivo n.2 1987.



LEGENDA *Legend*

⊙	SEDE DE DISTRITO	<i>District Capital</i>
⊙	SEDE DE POSTO	<i>Admin. Post Headquarters</i>
○	POVOAÇÃO COMERCIAL	<i>Trading Centre</i>
—+—+—+—	LIMITE DE PROVINCIA	<i>Provincial Boundary</i>
—+—+—+—	LIMITE DE DISTRITO	<i>District Boundary</i>
—+—+—+—	LIMITE DE POSTO	<i>Admin. Post Boundary</i>
✈	PISTA DE ATERRAMENTO	<i>Landing Strip</i>
—+—+—+—	CAMINHO DE FERRO	<i>Railway</i>
—+—+—+—	ESTRADAS PRINCIPAIS	<i>Main Roads</i>
—+—+—+—	OUTRAS ESTRADAS	<i>Other Roads</i>
~	RIOS	<i>Rivers</i>

Fontes *Sources*
 DINAGECA *DINAGECA*
 ESC. 1/400 000 *SCALE 1/400 000*
 EDIÇÃO 1997 *Edição 1997*

O enfraquecimento do comércio da chefatura Mpfumo em 1727 foi a causa de uma série de guerras que contribuíram para a retirada dos holandeses.

Em 1777, o chefe Chibanzana da Matola exercia a sua autoridade sobre os demais régulos da região, sobretudo no que respeita ao comércio. Mas em 1798, visitantes britânicos encontraram Mpfumo sobre a autoridade da Nwamba, cuja dinastia assumiu preponderância até 1822 de acordo com Ferrão(1909) citado por Loforte(1996). Na década seguinte, Matola exercia o domínio sobre Mpfumo por este ter sido derrotado, numa disputa entre ambos (Loforte,1996:92).

As áreas de Matola e Bebeluana faziam parte do território Matsolo cujo centro, provavelmente, ocupava uma área nas margens do rio Matola. Entre 1895 e 1910 uma grande parte do território de Matsolo foi adquirido por meio de concessões para fins agrícolas.

Nos anos 1950, houve um maior desenvolvimento industrial e chegaram mais colonos com intenção de se instalarem no país provocando, pela primeira vez, grandes migrações da população africana que também estava a crescer. Matola foi desenvolvido nos anos 1960 como bairro de Maputo, tanto para europeus como para a classe média africana. A expansão das indústrias ocorreu ao longo das linhas ferroviárias, especialmente nos anos 1960.

Depois da independência as áreas previamente desocupadas foram povoadas mas esta afluência populacional aumentou muito depois de 1983 com a chegada de muitos refugiados das áreas vizinhas província de Maputo, de Gaza e de Inhambane

Actualmente, Bebeluana faz parte do posto administrativo de Matola-Rio, adstrito ao distrito de Boane. (perfis de desenvolvimento distrital: 1997)

População

De acordo com fontes do posto administrativo, a população de Bebeluana é de cerca de 7343 habitantes, sendo a área da localidade de 97km quadrados, a densidade populacional, situa-se em cerca de 15 habitantes por quilómetro quadrado.

Movimentos da população

Sendo um local relativamente próximo de Maputo, foi um local chave para refúgio de deslocados de guerra, funcionando como uma área de concentração devido à sua relativa segurança. Assim, a movimentação de pessoas foi muito intensa, tendo sido referenciado pela UNOHAC que em Outubro de 1992, quando foram assinados os acordos de paz, existiam cerca de 2914 deslocados na área. Apesar de haver uma aparente contradição entre o número total de habitantes e o número de deslocados, este número refere-se também a deslocados vindos de outros pontos do país.

Uso da terra

A lei de terras é um meio universal de criação de riqueza e do bem estar social, o uso e aproveitamento da terra é um direito de todo o povo moçambicano. Estabelece os termos em que se opera a constituição, exercício, modificação, transmissão e extinção do direito de uso e aproveitamento da terra (regulamento da lei de terras, decreto N°66/98:3-5). Sendo assim ela deve adequar-se à conjuntura política, económica e social e garantir o acesso e a segurança da posse da terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros de modo que contribua para o desenvolvimento da economia nacional.

A actual lei de terras 19/97 faz menção ao envolvimento das comunidades na sua gestão, atribuindo-as um papel relevante como por exemplo:

O reconhecimento dos direitos por ocupação ao abrigo do artigo 12 alíneas a), b) e c). Trata-se de uma manifestação do direito costumeiro (a maioria do povo moçambicano, sempre se considerou "dona" da terra).

Ainda dentro desta lei vários princípios foram adoptados, como o da obrigatoriedade da consulta às comunidades (artigo 27 do número 66/98).

Esta lei foi reformulada pela actual lei 19/98 que apela em termos gerais um papel importante na participação da comunidade na gestão de recursos naturais, na resolução de conflitos (utilizando entre outras, as normas e práticas costumeiras)(Lei de Terras,1996).

Posse da terra

Em Moçambique, por muito tempo a aquisição do direito a terra processou-se por via do costume, portanto, das normas tradicionais. Nestes termos a transmissão do direito a terra processa-se por hereditariedade, não existindo causas de extinção ou perdas de direitos dentro da mesma linhagem (Oram, 1999:1)

Posse de terra significa direito de utilização. *“ Um sistema de posse da terra é um conjunto de regras que governam o acesso e a utilização da terra e que determina todos os direitos que se pode manter na terra ”.* (Bruce,1999:7),

De acordo ainda com Bruce,citado por (Manhiça,2002) em Moçambique, os sistemas de propriedade são:

- Posse de terra tradicional ou costumeira, com intervenção de estruturas tradicionais;
- Posse de terra tradicional ou costumeira, com intervenção de estrutura formais (por exemplo, o secretário do bairro) (Manhiça,2001:38).
-
- No caso vertente em estudo, estes dois sistemas enquadram-se perfeitamente,pois, são os vigentes.

Conflito de terras

Em muitos países africanos, a posse da terra é mais do que uma questão legal, ou mesmo de produtividade. Como dá a oportunidade básica para a sobrevivência a

prosperidade em muitas sociedades, a terra é objecto de competição entre pessoas e entre grupos (Bruce, 1992:27)

Segundo Santos et al (1996) o conflito é uma construção social, no sentido de que representa uma divergência de interesses entre grupos que ocorre no contexto de uma realidade social, pelo que o mesmo padrão de comportamento pode ser considerado letigioso ou não consoante a sociedade, o grupo social ou contexto de interacções em que ocorre. Por outro lado, conflito é "uma luta por valores e reivindicações de status, poder e recursos escassos, em que o objectivo dos oponentes consiste em neutralizar, lesionar ou eliminar os rivais"(Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro:240)

É do domínio público a existência de conflito de terras. " conflitos e disputas continuarão a existir, a diferentes níveis, a longo prazo" (Carrilho,1992:12).

Por isso, sempre que se pretende encontrar ou propor um modelo formal de uso e aproveitamento da terra em Moçambique tem que se ter em conta as questões do sistema de posse de terra que "refere-se ao direito ou direitos que um determinado individuo ou grupo de pessoas têm sobre a terra. A posse pode basear-se nos conceitos ocidentais de propriedade e arrendamento, nos conceitos indígenas dos direitos da terra ou numa combinação de ambos."(Myers,1992:7)

Assim,, na elaboração das leis verifica-se uma aparente conflitualidade entre o modelo formal proposto(leis e regulamentos) e as práticas sociais; usos e costumes(sobretudo nas comunidades rurais).

Este choque entre os regulamentos e os costumes provoca conflitos entre os diferentes grupos de interesses envolvidos. As zonas agrícolas ou de infraestruturas económicas são palco de numerosos e dos mais intensos conflitos. (Tanner,1993)

Nalgumas concessões de terras ignoram-se claramente os direitos tradicionais de posse de terra despojando, na prática, centenas de machambas de agricultores familiares(Oram, 1998).

Beleluane é pequeno e densamente povoado. Como consequência, tem se registado alguns conflitos de terra. A área ocupada pelo sector familiar é de 968 hectares. O que corresponde a 9,15% da superfície total do distrito, e a agricultura familiar é uma actividade que ocupa cerca de 66% da população local.(direcção distrital de agricultura de Boane)

Com a implantação do fábrica Mozal verifica-se uma afluência de muitas pessoas que pretendem adquirir terras para vários fins como por exemplo para habitação, quintas e outras. O que nos possibilitou verificar é que apesar da existência da lei de terras, são as autoridades administrativas, que não respeitam a forma de posse de terra, como diz um dos entrevistados,

Nós, os antigos de Beleluane, somos tirados as nossas terras sem, pelo menos, nos consultarem pelas autoridades administrativas(secretários e companhia); por exemplo esses terrenos onde está a esquadra construída pela Mozal são meus mas eles vieram e informaram me que devia abandonar os terrenos e que haviam de me dar outro, mas até hoje nada. Como são as estruturas não podemos dizer nada. (Samuel Matola, 14/8/2002, na sua machamba)

Outro camponês disse que os terrenos onde estão os camponeses tirados do local onde está instalada a fábrica pertencem a nós antigos moradores de Beleluane e as estruturas nem nos consultaram, só nos informaram que devemos abandonar as machambas e que nos dariam outros terrenos, mas ainda não nos disseram nada e já passa muito tempo. (Zava mpfumo, 21/8/2002, na sua residência)

Agricultura

Beleluana é uma área caracteristicamente rural e está rodeada de uma população espalhada que tem como principal actividade a agricultura de sustento.

A produção de culturas depende da mão-de-obra familiar, mas também de trabalhadores sazonais assalariados e de entre ajuda entre os grupos domésticos.

Grupo doméstico é uma unidade de produção e de consumo (Meillassoux, 1977).

Entre os entrevistados sómente um mencionou ter recorrido a mão-de-obra "externa" ao grupo doméstico para os trabalhos da machamba.

"Entre grupos domésticos circulam pessoas(membros do grupo) e bens, num movimento de transacções, umas reciprocas, outras prestatórias/redistributivas e outras comerciais, algumas directas, outras diferidas e outras ainda fazendo recurso a moeda". (Feliciano1998:249).

Isto para mostrar um processo de reciprocidade relatado na entrevista com o régulo Guambe em que disse que `as vezes por exemplo 5 pessoas vão trabalhar na machamba de uma delas e como forma de retribuir, noutra ocasião será outro elemento do mesmo grupo e assim sucessivamente; esta forma de circulação na produção chama-se kutlekela/Kudzimissana e é comum na zona sul de Moçambique.

Outra forma de circulação de acordo com o entrevistado consiste *"em uma pessoa chamar outras para trabalharem na machamba dele e como retribuição na altura da colheita recebe uma parte da produção; geralmente, ainda de acordo com este nosso interlocutor, nesta forma acontece quando uma unidade ou alguém atrasou-se na sementeira ou teve maiores problemas com as pragas ou outra coisa que tenha impedido de semear na mesma altura com os outros. (Guambe, régulo, 23/8/2002, na sua residência)*

Outra forma de circulação que actualmente é muito frequente *consiste em alguém convidar pessoas para a sua machamba e em compensação dar-lhe dinheiro(idem).*

As culturas alimentares mais importantes para o sector familiar são, o milho, mandioca, a batata -doce, o amendoim, o feijão e hortícolas. De entre os entrevistados o milho foi a cultura mais falada, seguindo-se o feijão e a mandioca, o amendoim e a batata-doce respectivamente. As limitações que afectam essas culturas são, de acordo com os entrevistados, a insuficiência de sementes, as pragas e a falta de sistemas de rega.

Neste tipo de agricultura tradicional a maior parte da população usa tecnologia rudimentar, usando instrumentos tradicionais, como enxadas etc mas , como diz Feliciano(1998) apesar de usarem essa tecnologia ela é eficaz porque garante a reprodução de recursos dispersos e facilmente esgotáveis.

Segurança alimentar

A produção de culturas básicas das campanhas agrícolas é considerada pelas autoridades distritais como suficiente para as necessidades de consumo doméstico, mas as estimativas da missão de avaliação de colheitas da FAO/PMA referem que o distrito é deficitário em alimentos básicos. Apesar da produção agrícola relativamente baixa, a zona beneficia de uma boa integração em redes de mercados e de possibilidades de acesso a actividades geradoras de rendimentos.

As famílias utilizam geralmente outras fontes de rendimento não agrícolas para satisfazerem as necessidades de segurança alimentar do agregado, sendo uma das mais importantes o trabalho nas minas da África do Sul. Para alguns dos entrevistados o emprego formal era a fonte de rendimentos não agrícolas mais frequentes, mas a venda de bebidas tradicionais também foi referida.

Os tipos de alimentos considerados como muito importantes para a segurança alimentar das famílias são os cereais, os tubérculos, as hortícolas e as sementes. A comida é adquirida nos países vizinhos e na cidade de Maputo.

Árvores e siveicultura

As populações locais utilizam estacas, caniço e outros materiais locais para a construção. Algumas árvores fornecem lenha e madeira para a produção de carvão, que são os combustíveis mais utilizados pelas famílias. Apesar de estas árvores se encontrarem dispersas pelo local, alguns sitios não tem acesso fácil a fontes de lenha, obrigando os seus habitantes a percorrer distâncias que variam de dois a sete quilómetros `a sua procura. O local tem problemas de desflorestamento e erosão de solo.

Água

O problema de água tem sido reportado como difícil por quase todos entrevistados. Algumas populações têm que percorrer distâncias de sete a catorze quilómetros até à fonte de água mais próxima.

A tabela apresenta o número de furos que existem em cada localidade do distrito de Boane.

Localização	Fonte	Tipo de Bomba	N.º	Operacionlidade		
				Sim	Todo Ano	Não
Beluluane	furo	Motor	3	Sim	Sim	
Chitevele	furo	Afridev	5	Sim	Sim	
Mahubo	furo	Motor	3	Sim	Sim	
Massaca 1 e 2	furo	Motor	2	Sim	Sim	
PSK	furo	Motor	4	Sim	Sim	
Umpala	furo	Afridev	2	Sim	Sim	

Fonte: Programa Nacional de água rural (PRONAR)

De acordo com alguns entrevistados, o que se verifica é que a associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade, contactou as autoridades administrativas no sentido de canalização de água, e esta instituição abriu dois furos de água canalizada em Beleluana em sitios que distam muito pouco entre si e as zonas do interior continuam sem água. Isto verifica-se porque, segundo alguns entrevistados, as autoridades administrativas (secretários e outros dirigentes administrativos) indicam os locais do seu interesse, próximos das suas casas e não no interesse da maioria.

Outros entrevistados disseram que, por exemplo, o secretário não vive permanentemente em Beleluane, e esta razão faz que ele como autoridade não esteja em altura de apresentar os reais problemas de que padece a população. Ainda em relação a este ponto o régulo acrescentou que;

A Associação não lhe consulta quando se trata de querer introduzir um projecto qualquer mas contacta as autoridades estatais e estas contactam-o não para o consultarem mas para que este dirija as cerimónias tradicionais para o lançamento da primeira pedra ou para a inauguração de um empreendimento; e isto aconteceu também em relação a abertura dos furos de água. (Guambe, régulo, 23/8/2002, na sua residência)

Sector comercial

Comércio e indústria

A proximidade de Maputo e dos países vizinhos da Swazilândia e da África do Sul, contribuí para uma actividade comercial bastante activa em quase todo distrito e em Beleluana.

É frequente que os residentes comprem comida nos locais acima referenciados, mas as transacções de produtos agrícolas, pecuários e bens de consumo ocorrem principalmente nos mercados.

Não existia um mercado formal, o que existia era um "dumba-nengue", onde as pessoas vendiam os seus produtos no chão, ao relento.

A associação Mozal providenciou a construção de um mercado convencional. Só que nesta construção, segundo alguns entrevistados, não foram consultados, e como resultado, este beneficiava os "estrangeiros" (classificação local) que têm mais recursos financeiros que os locais, pois há certas formalidades que cada utente deve seguir, como por exemplo, o pagamento do aluguer, de uma taxa diária para a manutenção etc e como os nativos tem como actividade principal a agricultura e não o comércio vem se na impossibilidade de adquirir uma banca no mercado preferindo continuar a vender os seus pequenos stocks de produtos no chão e ao relento.

Um dos entrevistados focou o facto de ter aparecido agora no mercado alguns "boers" da Mozal a explorarem algumas barracas do mercado, o que faz com que os locais sirvam apenas de "limpadores" enquanto no principio as autoridades e a Mozal

havia dito que os nativos teriam prioridade na aquisição das bancas do mercado. Como diz um dos entrevistados;

Esses da Mozal disseram-nos que nós teríamos prioridade no mercado mas o que acontece é que só vemos pessoas "estranhas" a ocuparem as bancas porque tem dinheiro, até os "boers da mozal" têm bancas, e nós zero. (Marta, 22/8/2002, na escola primária de Bebeluane)

De facto verificamos a existência de bancas exploradas por "boers", que vendem mercadoria trazida directamente da África do Sul.

Transportes e comunicações

Muitos dos entrevistados reclamam a falta de transporte para se deslocarem .

Não existiam facilidades de telecomunicações em Bebeluana. A infraestrutura de estradas é pobre e consiste principalmente em trilhas de terra. Como consequência não existe transporte público para a localidade. Não há fornecimento de energia eléctrica, não existem serviços postais ou de telecomunicações

A tabela indica como estava distribuída a rede de meios de comunicação antes dos projectos da Mozal.

Tabela -3

Localização	Dimensão (Km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)	Tecnologia Utilizada
Beluluane-Chinonaquila	8.5	ER	Sim	não	-
Boane-Porto Henrique	30	ER	Sim	sim	M
Chitevele-Mulotane	11.5	ER	Sim	não	-
Tchonissa-Matola-Rio	8.1	ER	Sim	não	-
Umbelúzi-Mahubo	10	ER	Sim	sim	M

Classificação: EN-Estrada Nacional; ER-Estrada Regional Secundária, não alcatroada; NC-Não classificada, estrada rural terciária. Tecnologia: M-mecanizada; O-Trabalho manual; n.d-não disponível

Fonte: Direcção Nacional de Estradas e pontes

Com a existência da Associação Mozal verificou-se a construção de várias estradas convencionais que passam pela fábrica até algumas zonas do interior, o que permitiu que comesçassem a operar os transportes semi-colectivo, vulgo “chapa cem” para o transporte de pessoas residentes em Beleluana. Mesmo assim, os camponeses reclama que os “chapas” não entram para o interior onde se localizam as suas machambas o que dificulta o transporte dos produtos.

Sector social

Educação

As facilidades educacionais são limitadas. Existe uma pequena escola primária, que lecciona os primeiros graus de ensino. O efeito total da falta de infra-estrutura, equipamento, papel e outras necessidades escolares, e um alto grau de analfabetismo entre os habitantes de Beleluana.

A Mozal construiu uma escola primária convencional, que lecciona de 1ª a 5ª classes e prepara-se para construir outra do nível secundário, mas segundo um dos entrevistados *não vê interesse em tal escola porque não existiriam alunos para esse nível neste momento, isto porque, estes da Mozal não nos consultam, só nos informa o que eles querem fazer. (Entrevista com o director da escola, Rogério Langa, 30/82002, na escola primária de Beleluana)*

Saúde

Não havia facilidades médicas em Beleluana. O hospital da Matola era a facilidade médica mais próxima.

O hospital mais próximo era na Machava, aproximadamente, a 5 km de Beleluana. Não havia clínicas públicas na área. No entanto existia uma pequena

clínica de uma companhia particular que podia ser usada pelos residentes do local, se estivessem dispostos a pagar pelos cuidados de saúde que a clínica oferece.

A tabela mostra como era precária a rede sanitária em Bebeluane.

Localização	Posto fixo de vacinação	Camas	Maternidade	Reabilitação/Construído por
Água Maputo	Não		Não	Privado
B.P. Libombos	Não		Não	Privado
Bebeluane	Não	Bebeluane	Não	Estado
Campoane	Sim	8	Sim	Prorural
Casa Gaiato	Não		Não	Privado
Juba	Não		Não	ADOCA
Mahubo	Sim	4	Sim	Prorural
Massaca	Sim	4	Sim	Prorural
Rádio Marconi	Não		Não	RRR

Fonte: Direcção Distrital de Saúde de Boane

Actualmente, com a Mozal já existe um hospital moderno equipado com material convencional e evita-se que as pessoas façam viagens longas para serem tratadas em hospitais que distam muito de Bebeluane.

Estas melhorias, significam, segundo a coordenadora dos projectos da Mozal, um desenvolvimento para a comunidade.

Apesar dessa melhoria, como diz uma das entrevistadas, por sinal curandeira, *que este hospital só trás problemas porque diminuiu o seu negócio já que as pessoas começaram a aderir ao hospital em detrimento dos serviços dela.* (curandeira, 31/82002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados a este ponto, reconhecemos que não esgotamos a temática em estudo. Usamos nesta parte o termo "considerações finais" e não "conclusões" como é usualmente usado, porque não nos permite chegar a conclusões definitivas porque trata-se de um projecto de investigação que tem a limitante de não abarcar mais elementos que porventura poderiam ser incluídos se a permanência do estudante fosse por mais tempo no terreno.

Apesar desses constrangimentos, permitiu-nos verificar algumas situações que o tempo de permanência nos possibilitou constatar.

A comunidade de Beleluane tinha um "modus vivend" que começou a mudar com a instalação da fábrica de alumínio da Mozal e conseqüentemente com a instalação de alguns projectos de âmbito social.

Possibilitou-nos notar que certas práticas sociais deixaram de ser respeitadas na sua essência, isto porque, registou-se a afluência de pessoas de outras regiões, estranhas à comunidade, que não se adaptaram à cultura local no sentido de seguir a tradição local; por outro lado a perda de legitimidade por parte do actual régulo, isto porque segundo suas palavras, a estrutura administrativa governamental é que decide tudo e ele só é pura e simplesmente informado do que está para acontecer ou que já aconteceu; ou quando é para dirigir as cerimónias tradicionais de lançamento da primeira pedra ou inauguração de um empreendimento qualquer executado pela associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade.

Desta forma possibilitou-nos constatar a existência de um conflito latente entre estas duas estruturas, a tradicional e a estatal representada pelo secretário e outros dirigentes de nível local. Este conflito não incide apenas ao nível de terras mas também tem a ver com o facto do poder do secretário e outros dirigentes estatais estar a aumentar, pois ele e os seus adjuntos é que são os intermediários entre a Associação Mozal e a comunidade.

A maioria da comunidade não vê com bons olhos a actuação das estruturas administrativas devido a usurpação dos seus terrenos sem prévia consulta aos proprietários a favor de alguns empreendimentos feitos pela Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade, e a favor também de alguns técnicos da Mozal que adquirem terrenos para vários fins como construção de casas, quintas etc.

Em termos de participação efectiva nos projectos permitiu verificar que elas, as populações, só são informadas do que se vai fazer, porque todo processo, desde os estudos, implementação dos projectos, onde implementar, é feito pelos agentes da associação em conluio com as autoridades administrativas, que em nome da comunidade vão descrevendo as prioridades da comunidade quando o objectivo em alguns casos, é tirar dividendos nesses projectos, como foi referido num dos capitulos quando se falou da questão da água.

Fica por aprofundar a questão que se prende com a legitimidade do régulo em relação a estrutura administrativa e de toda comunidade e a sua articulação com aquelas no contexto de Beleluane porque ao longo do projecto, nota-se um conflito entre estas duas instâncias, não nos permitindo saber porquê o régulo perdeu a sua legitimidade e considerar-se como simplesmente possuidor de um poder simbólico diferentemente de seu pai de que ele herdou, que tinha muita consideração quer por parte da comunidade quer das autoridades administrativas.

Devido a este aspecto, achamos que uma posterior investigação permitiria esclarecer alguns aspectos não aprofundados ou confirmar as ideias avançadas aquando da elaboração deste projecto.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

------(1996)Políticas de Terras- Projecto de Lei N°6/79, de 3 de julho.

AMMANN,S,(1997) Ideologia do Desenvolvimento de comunidade de Brasil,
São Paulo: Cortez Editora

BARATA, O.S,(1976), Introdução às Ciências Sociais. Livraria Bertrand, Vol. II.
Lisboa

BRANCO,C,(1995),Opções Económicas de Moçambique(1975-1995)-
Determinantes e Lições, Jornal Domingo pp16-17

BRUCE,John W., (1992), Questões de Posse de Terra em África: Uma visão
Global. Revista Extra Especial.

CAPRA,F,[1982] (1997), O Impasse da Economia. In; o ponto de Mutação: A
Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente. Ed. Cultrix, São Paulo.pp:180-225

CARRILHO,J,(1992), O Debate Actual Sobre a Questão das Terras Rurais em
Moçambique. Revista Extra Especial.

CHICHAVA,J.A.C, (1999), Participação Comunitária e Desenvolvimento: O
Caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique, Maputo.

COMISSÃO SUL,O DESAFIO AO SUL: Relatório da Comissão Sul, Porto,
Edições Afrontamento,1991.

-----Dicionário de Ciências Sociais, Rio de Janeiro

FELDMAN-BIANCO,Bela,(1997)(org): Antropologia das Sociedades
Contemporâneas-São Paulo:Global Universitária

FELICIANO, José Fialho,(1998), Antropologia Económica de Moçambique-
Arquivo Histórico de Moçambique- Estudos 12, Maputo.

FISHER, Gustave-Nicolas, (1992), A Dinâmica Social: Violência, Poder, Mudança, Planeta Editora, Lisboa.

FORQUILHA, S.C, (2001), Participação dos Chefes Tradicionais no Processo de Desenvolvimento Rural: O Caso do Distrito de Cheringoma 1994-1999. Projecto Elaborado para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Unidade de formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), UEM- Maputo.

GIL, António Carlos, (1994), Como Elaborar um Projecto de Pesquisa, 3ª edição

GOFFMAN, E, (1983), The Interaction Order. American Sociological Review, v48, p1-17

HOEBEL, E.A & FROST, L. (1995), Antropologia Cultural e Social 10ª ed, São Paulo, Cultrix.

KLIKSBERGH, Bernardo, (1997), O Desafio da Exclusão: Para uma Gestão Social Eficiente, São Paulo: Edições FUNDAP.

LOFORTE, A. (1996), Género e Poder entre os tsongas de Moçambique. Dissertação elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

LOFORTE, A.M (2000), Género e Poder Entre os tsongas de Moçambique, Maputo, Promédia.

LOFORTE, Ana.M; RAIMUNDO, Inês M; CHITAUTE, Mario, (1998), Gestão Comunitária dos Recursos Naturais: O parque Nacional de Zinave Maputo. NET/UEM.

MANHIÇA, J.A, (2002), Abordagem Sobre a Ocorrência de Conflito de Terras; Estudo de Caso de Bobole-Marracuene. Trabalho apresentado para obtenção de grau de licenciatura em geografia, na Universidade Eduardo Mondlane

MATSINHE,C (1999) Abordagens desenvolvimentistas: Ainda Cultura Cívica e Ethos Social. IFICS-UFRJ, Rio de Janeiro.

MEILLASSOUX,C(1977),Mulheres,Celeiros e Capitais, Porto, Afrontamento.

MYERS,Gregory W(1993), A Posse de terra no Moçambique do pós-guerra: Limitantes e Conflitos. Revista Extra Nº13, Maputo.

NEGRÃO,J.(2000) Sistemas Costumeiros da Terra em Moçambique.

NETO, Augusto Ferreira & GARCIA, Sebastião,(1987), Desenvolvimento Comunitário: Princípios para Acção, Rio de Janeiro.

NORBERT, E, (1974) Foreward- Towards a theory of Communities, In Bell e Howard (editors), the Sociology of community. Lisboa. A Selection of Reading Frank Cars Co. Ltd, Londres.

ORAM(1998) Plano de Acompanhamento do Processo de Avaliação e Alineação de Empresas Estatais. Maputo.

PNUD(2000) Relatório de Desenvolvimento Humano.

PRETTY, Jules et al(1995) A Trainer's Guide for Participatory, Learning and Action, London: International institute for Environment and Development.

ROCHER, Guy,(s/d), Sociologia Geral 4, Editorial Presença.

ROESH, O,(s/d), "A Reforma Económica em Moçambique; Nota sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação de Classes" in "Arquivo Nº11 pp5-35

SANTOS,B de sousa; **MARQUES,M.M.L;** **PEDROSO,J;** **FERREIRA,P.L,**(1996)"Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: O caso Português-Porto. Edições Afrontamento.

SERRA, A. M. de Almeida, Moçambique: Da Independência a Actualidade, Evolução Económica e Social,1975-90. Cesa - Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento.

SOUZA, Maria Luiza,(1999), Desenvolvimento de Comunidade e Participação, São Paulo: Cortez Editor.

TANNER,C,(1992),Administração Tradicional da Terra e de Territórios” Como Modelo para o Governo Local:Uma perspectiva Comparativa de Reforma em Prática em Moçambique e na Guiné-Bissau. USAID-Universidade of Wisconsin Land tenure Center.

VALÁ, S. Crip-ton,1998), Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural, Textos de Apoio,Ufics.

VALÁ,S.Crip-ton, (1998), Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural, In Jornal Domingo 11/01/1998,Nº833,Maputo.

VASQUEZ,S, (1998), Legislação Económica de Moçambique 2ª Ed., Fim de Século,Lisboa.

WIARDA,H, (1981), “Por Uma Teoria Não-Etnocentrica do Desenvolvimento: As Alternativas do Mundo”. DADOS-Revista de Ciências Sociais, Vol. 25, Nº2,1982,Rio de Janeiro.

WOLF,E, (1976) Sociedades Camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

INTERNET <http://www.pr.gov.br/pr12meses/porque3.html> em 14/04/2003

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABDALA, M.B., (2001), *A Participação da Comunidade na Elaboração e Implementação dos Programas de Desenvolvimento Local: O Caso do Posto Administrativo de Bela-Vista (Matutuine)*. Projecto Elaborado para obtenção do grau de licenciatura em administração pública na Unidade de Investigação e Formação em Ciências Sociais na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)- UEM, Maputo.

CANHANGA, N.J., (2001), *Descentralização, Participação Comunitária e Desenvolvimento Municipal: O Caso do Município de Quelimane*. Projecto Elaborado para obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS)-UEM Maputo.

SAIDE, M.A., (2001), *Relações de Género na Gestão Comunitária de Recursos Florestais no Distrito de Matutuine: Davula*. Projecto Elaborado para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Unidade de formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) UEM-Maputo.

GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA A ASSOCIAÇÃO MOZAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

1-IDENTIFICAÇÃO

-Nome; função ou cargo

. Quais os objectivos da associação Mozal para o desenvolvimento da comunidade?

-Tem envolvido a comunidade nos programas que desenvolvem? (Em que áreas e como é envolvida a comunidade)

-Como é que ocorre essa articulação comunidade/associação Mozal? (os programas de apoio são desenhados em função das necessidades da comunidade ou a Mozal tem já definidas áreas específicas de apoio);

-Qual a receptividade das populações aos Programas (Impacto do ponto de vista da MOZAL)

-Como é feito o processo de selecção dos beneficiarios dos projectos (definição de prioridades)

-Como é feita a colaboração com a comunidade (existe um núcleo de líderes comunitários/qual a tarefa)?

-Em termos de investimento, qual é a verba definida para o funcionamento da associação (qual a parte investida nos projectos)?

-Quais são os benefícios para a MOZAL?

- Que contribuições as pessoas dão?

-Qual a vossa opinião em relação ao impacto social dos projectos implementados?

--Como tem sido a participação das mulheres nos projectos. Há alguns constrangimentos? Quais ? Porque?

--Que avaliação faz dos programas que foram implementados?

Surtiram efeitos desejados ou não?

--A comunidade tem participado na avaliação dos projectos executados?

GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA A COMUNIDADE: Líderes tradicionais, Líderes comunitários, professores, enfermeiros e os camponeses.

1-IDENTIFICAÇÃO

-Nome, idade;profissão;há quanto tempo vive na zona?

- Conhece a associação MOZAL? (Em que áreas a Associação apoia)?

- Quais são os problemas que enfrentam na comunidade?

-Como é que vocês apresentam os vossos problemas? Aos líderes? As autoridades administrativas? Ou directamente a associação

-Que apoio recebe da Associação? Como é que participam nos projectos? (Como é feita essa participação)

- A comunidade recebe com agrado os projectos da MOZAL?

--Como é feita a articulação entre vocês e a associação? Através dos líderes? Actraves do contacto directo com a associação? Ou comunidade tem alguma forma de organização para intervir junto da associação?

- Os vossos interesses tem sido satisfeitos?

-Tem sido convidados a participar em discussões com a associação sobre os vossos problemas?

-As vossas ideias, problemas tem sido valorizados?

-Vocês identificam-se com os programas(isto é nosso, nós é que construímos, é o que queremos)?

- Tem sentido o beneficio dos programas de desenvolvimento?

-A sua zona está a desenvolver. Se sim, porquê?

-Na sua opinião, O que acha dos projectos da associação Mozal (constribuem para o desenvolvimento da comunidade)

GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA AS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS

1-IDENTIFICAÇÃO

Nome; idade; cargo que ocupa

-A quem vocês contactam para identificar os problemas da comunidade?

-Contactam os líderes influentes (religiosos, idosos, secretários...) para mobilizarem as comunidades a participarem nos programas do governo ou outras instituições?

-Se sim, tem tido dificuldades nesse processo de comunicação com os líderes?E porquê essas dificuldades se verificam?

-Qual tem sido o papel das mulheres no processo de escultação `a comunidade?

- Elas participam?

- Haverá algum constrangimento que inviabilize a sua participação?

- Como tem sido feita a articulação com a associação?

Como tem sido as relações com o régulo?A articulação como é feita?